

REVISÃO DE CONTRATO EM CASO DE LESÃO

Angela TRINDADE¹

Bruno Ricardo BARBOSA²

Fernanda MERIZIO³

Ariane Fernandes de OLIVEIRA⁴

Para muitos, obter um bem não se trata apenas da necessidade, mas também de um sonho. Quem nunca sonhou ou almejou algo maior em sua vida estaria sem dúvidas acomodado e encarcerado no monótono cotidiano. Portanto, aborda-se o tema da lesão usando o exemplo do financiamento de veículos. Geralmente, ao financiar um veículo, a população não costuma inteirar-se sobre o assunto, tomadas pela euforia e necessidade de ter um meio de transporte independente, não avaliam tamanha dívida que terão no futuro. Em algumas situações, os financiamentos podem levar o valor à vista do bem ao dobro do valor real. A revisão de contrato alcançou proporções maiores no Poder Judiciário por volta dos anos de 2007 e 2008 na região sul do país. A irregularidade dá início geralmente em lojas de veículos menores, onde as pessoas acordam um valor que caiba em seu bolso e quando chega o famoso carnê para pagamentos, acabam tendo uma desagradável surpresa. Isso é devido a taxas irregulares aplicadas no contrato no momento do financiamento, como TAC, taxa de abertura de cadastro, taxa de avaliação de veículos, juros capitalizados, taxa de retorno, e outros. Em boa parte das reclamações dos lesados, é a falta de oportunidade após atrasar algumas parcelas, pois o valor de cada parcela chega a dobrar. Sem discorrer sobre a falta de educação e humanização por parte das terceirizadas de cobrança, que vão contra ao art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. Todas as pessoas físicas ou jurídicas poderão revisar o contrato do financiamento. Primeiramente, deve ser feito um cálculo pericial para saber se há realmente irregularidade nesse contrato de financiamento. Verificada a irregularidade, cabe ação de revisão de contrato com os seguintes pedidos: de proteção do nome, este pedido é para retirar caso esteja cadastrado o CPF/CNPJ em órgãos de restrição como: SERASA, SPC, CADIN, BACEM ETC. Ou, para evitar o cadastro após a ingressão na ação revisional. Manutenção de posse, o pedido mais almejado, porém o mais difícil em carros para passeio. A manutenção de posse significa que o requerente irá permanecer com o objeto discutido na revisão até o desfecho final do processo. Depósito consignado em juízo – O depósito em juízo é um pedido do requerente na ação revisional, para depositar o valor entendido como correto. Este, além de servir como uma “poupança” para caso surja um acordo extrajudicial, garante caso deferido os pedidos acima, que sejam protegidos é claro em relação a isso. Ainda, dependendo da situação é possível formular o

¹Acadêmico do Curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz. E-mail: angela@pluma.com.br.

²Acadêmico do Curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz. E-mail: brunoricardo@hotmail.com.

³Acadêmico do Curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz. E-mail: fermerizio@hotmail.com.

⁴Docente do Curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Mestra em Direito Econômico e Social pela PUCPR. Advogada. E-mail: arianefo@ig.com.br.

pedido de Assistência Judiciária Gratuita. Para ser um beneficiário da justiça gratuita deve-se aprestar uma renda fixa de dois salários mínimos. Até três salários mínimos o juiz irá analisar se irá deferir ou não, podendo ser beneficiado o requerente em partes, pagando apenas alguma porcentagem destas custas judiciais. Conclui-se assim que a lesão consiste em um vício do consentimento capaz de revisar o contrato que foi assumido por alguém inexperiente ou premido de necessidade que por esta razão contratou prestações desproporcionais ao bem adquirido.

Palavras-chave: Direito Civil. Negócio Jurídico. Vícios do Consentimento. Lesão.